

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

16 de novembro de 2017

Rua Líbero Badaró, 119, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - Auditório

ATA XXXIII REUNIÃO ORDINÁRIA

Presentes: Silvia Capelanes, Camila Breitenvieser e Clarens Chery (CMig); Isabel Torres (Centro de Apoio e Pastoral de Migrante); Wellington de Paula (DPU); Claudia Regina Lovato Franco (Suplente - MPT); Claudete Dias Silva (SMT); Debora Sergio (Suplente – ABVTex); Vera Gers (CDHIC); Ebenezer Oliveira (InPacto)

Pauta

- Debriefing do Seminário;
- Regulamentação das portarias;
- Informe: Encontro COETRAES; e
- Informes gerais.

I. Regulamentação das Portarias

Claudia não pode localizar as portarias para a regularização e requereu que isso fosse repassado. Camila informa que os trâmites já foram efetuados e a questão é localizá-las e repassar para os envolvidos. Camila salienta que é necessário atualizar os nomes e posições dos integrantes para dar prosseguimento à regulamentação das portarias.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

II. Informe COETRAE

Camila esteve presente representando a Coordenação, Ebenezer também esteve presente representando a InPacto. Deu-se no Rio de Janeiro-RJ em outubro – próximo encontro será em Junho/2018 em Ilhéus-BH, e é necessário definir quem será o representante da COMTRAE então. Uma das pautas mais presentes era referente à portaria, agora revogada, do Governo Federal, referente às novas definições de trabalho escravo. Então, foi escrita uma moção de repúdio/carta de compromisso à defesa irrevogável das políticas de promoção à erradicação do trabalho escravo. Ebenezer tratou da COMTRAE, explicando porquê faz sentido municipalizar o tema do trabalho escravo. Quase todas as COETRAES estiveram presentes e deu-se a reflexão sobre esses dois temas acima. Camila trouxe a questão da circulação das pautas/atas da CONATRAE, e todos tiveram interesse. Claudia diz, primeiramente, que não tem interesse em recebê-las pois não tem a competência de tratar do assunto – o MPT já tem um representante nacional na CONATRAE. Camila ressalta sobre a viabilidade disso, uma vez que existe um mailing geral sobre o tema do trabalho decente. Débora diz que deve haver um mailing da COMTRAE e outro sobre questões gerais de trabalho decente. Vera acha que, por sermos um órgão institucional, é interessante que todos estejam inteirados sobre o assunto, sendo uma função nossa saber o que está sendo discutido no estado e federação, já que, no fim, trabalhamos todos em cooperação. Posto todos os pontos acima, Claudia concorda em receber os e-mails e repassá-los, e Camila propõe trazer a conversa novamente para a discussão na próxima reunião caso haja complicações.

III. Seminário de trabalho escravo

Vera discorre sobre o ocorrido nos dias 7 e 8/11, dia do seminário promovido pela COMTRAE “As reformas atuais e o impacto no trabalho escravo contemporâneo”: Há um mês da data do seminário, o auditório do Ministério do Trabalho e Emprego (Rua Martins Fontes, 109) foi reservado. Na semana do seminário, Andrea mandou um ofício para formalizar o evento. Um dia antes do seminário, dia 7/11 às 19h, foram enviadas mensagens no grupo da COMTRAE do Whatsapp pois ligaram do MTE falando que o auditório não estava mais disponível, pois o superintendente foi informado do seminário com pouco tempo de antecedência. De última hora, Andrea Zamur, Coordenadora de Políticas para Migrantes, conseguiu um espaço na subprefeitura da Sé, mas isso foi problemático pois a arte já havia sido feita com o endereço do MTE e espalhada para todas as redes, e, além disso, foi necessário avisar os palestrantes da mudança. Na hora, foi mudado o formato e o seminário se

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

tornou uma roda de conversa. Foi discutido que mudança foi uma questão política e não burocrática, pois o ministro está ligado ao Ministério do Trabalho e ao partido dos que foram os idealizadores da nova portaria sobre o trabalho escravo. Logo, foi um ato político para impedir que a temática fosse discutida – daí, saiu uma moção de repúdio contra essa ação, o que levou a uma conversa produtiva sobre o tema e onde experiências foram trocadas. Vera e Ebenezer fizeram a relatoria e vão mandar depois para nós, após juntarem tudo.

Pontos discutidos na roda de conversa: fiscalização do MPT; mudança na legislação trabalho escravo; Patricia Bezerra falou sobre a lei municipal de erradicação do trabalho escravo que há mais de oito meses está com sua regulamentação pendente, e de como o crítico momento atual está dificultando o debate sobre o tema e o trabalho do legislativo e da comissão, como exemplificado na questão da reserva do auditório. O texto de moção de repúdio foi elaborado coletivamente na hora, e Ebenezer foi o responsável por redigir o texto. O que ele incluiu a isso posteriormente foi a questão do papel da COMTRAE. Hoje esse texto deve ser aprovado e ratificado pela COMTRAE. Camila pontua que há duas questões 1) como será assinada e; 2) para onde será encaminhada. Vera acha que deve ser encaminhado ao superintendente, que é o objeto da moção. Wellington passa a ler a moção em sua justificativa do cancelamento onde o superintendente justifica que não foi avisado – Vera esclarece que essa posição do superintendente foi informado por telefone à Andrea. Camila expõe que a reserva foi feita por Renato há um mês, e que o superintendente falou que não foi avisado logo antes do seminário ocorrer, quando o ofício e a programação foram enviadas ao MTE. Vera confirma que as pessoas que foram avisadas deram a confirmação. Claudia diz que é muito difícil assinar sem ter nomes das pessoas envolvidas. Debora relembra que no dia da conversa sobre a data do seminário, Ebenezer consultou a possibilidade de sala pelo Whatsapp, e ressalta que deve haver formalização, e, caso tenha havido reserva só pelo Whatsapp, pergunta se houve um email com retorno e confirmação. Camila pontua que também há um integrante da COMTRAE do MTE. Vera relata que todos os funcionários do MTE confirmaram que, de fato, havia reserva do auditório. E já que estes falaram em nome do órgão que a reserva foi feita, representam a instituição e, logo, era uma questão formalizada. Debora reforça que, para nos resguardarmos, deveria ter sido feita uma formalização, caso esta não tenha de fato sido feita. Claudia diz que é difícil assinar qualquer coisa sem ter documentos oficiais que comprovem o que está escrito sobre a reserva/cancelamento. Wellington cita a moção e a questiona: “superintendente argumentou que não ouve aviso prévio” onde e para quem ele disse isso?; “cancelando o evento” o superintendente cancelou? Ou cancelaram por ele?. Debora

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

disse que parecia que havia outro evento, o que Claudete nega, pois ela ficou no MTE por muito tempo. Vera diz que o superintendente falou por telefone com Andrea que não tinha sido avisado e assim cancelaria o evento. Wellington salienta que seria necessário incluir tudo isso no documento para que não fique uma batalha de narrativas – que se coloque um adendo que, segundo a conversa com a coordenadora Andrea Zamur, o superintendente cancelou o evento -- a moção, em seu estado atual, estaria genérica demais. Camila propõe um pedido de esclarecimento do superintendente. Claudia diz que estamos falando de coisas políticas -- frente a isso, não é seguro para nós, que representamos nossas instituições, tratarmos de coisas que não foram formalizadas, o que Wellington endossa. Diz ainda que esta parece ser uma briga interna na qual estamos sendo inseridos. Vera diz que isso não diz só respeito à briga interna, e sim ao tema do trabalho escravo. Vera discorda pois a COMTRAE é uma comissão, e diz não saber o quanto a COMTRAE deve se envolver politicamente. Claudia afirma que eles não se envolverão politicamente. Vera diz que, por ser comissão, sua natureza não deixa de entrar em âmbito político, e deve sim entrar nessas questões. Wellington sugere que poderia ser feito uma nota de repúdio genérica, que fosse despersonalizada a figura do superintendente. Claudia diz que “o fato ocorrido” deve ser posto de maneira genérica, sem imputar conclusões ao que aconteceu ou não e ao possível motivo que levou ao cancelamento. Vera sugere que uma opção para despersonalizar a moção é deixar implícito que o cancelamento partiu da superintendência, pois a reserva foi feita com um mês de antecedência. Ebénezer chega no ambiente. Claudia passa que querem despersonalizar a moção, já que não há nada oficial que confirme o que de fato aconteceu quanto à questão do cancelamento. Ebénezer responde que acha que tem o documento onde confirmam que isso foi agendado no gabinete. Claudia diz que, sem isso, sem algo oficial, é difícil assinar a moção da maneira que se encontra. Ebénezer diz que foi reservado por oficiais internos do MTE. Camila pontua que é necessário averiguar como funciona a reserva de espaços internos do MTE. Wellington diz que estão sendo imputados comportamentos dolosos ao superintendente e que ele, pessoalmente, não se diz apto a assinar pelo valor do julgamento que as afirmações presentes na moção apresentam. Porém, concorda em assinar o repúdio ao ato do cancelamento e aos transtornos que este proporcionou aos envolvidos e ao debate ao tema em si. Claudia e Debora seguem na mesma linha de raciocínio. Ebénezer diz que o superintendente está citado somente uma vez e, se de fato despersonificarmos a moção, esta não perde a força do repúdio à desmarcação e ainda ressalta que se formos deliberar para tirar o nome ou mudar o caminho do documento, o MTE deveria estar presente (estes afirmam que não receberam o convite por email, logo, não estão presentes). Além disso, sugere que essa discussão deve ser feita por email, para que todas as posições

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

apareçam e o MTE possa se manifestar perante ao coletivo. Ebénezer diz que o cancelamento foi constrangedor e que o pior foi que o superintendente afirmou que o evento estava cancelado – não se cancela um evento que não é seu, no máximo, diz que o local não está mais disponível. Wellington diz que a superintendência não estava necessariamente envolvida ao que Vera responde que o seminário está ligado do MTE, já que há pessoas dentro do MTE que compõem a COMTRAE. Claudia retoma que, mesmo assim, deve existir/deveria existir um documento onde isso foi protocolado. Ebénezer explica que é comum as reservas se darem apenas por contato telefônico no setor público. Vera adverte que, talvez, práticas que tínhamos quanto às reservas não vão mais poder acontecer por conta da situação política atual. Camila sugere que passemos aos encaminhamentos. Vera diz que é necessário que angariemos notas e comprovações da reserva e etc. Ebénezer diz que não se deve esperar a próxima reunião para retificarmos isso, que devemos debater tudo por email e que é muito importante que as pessoas, de fato, se manifestem.

Ebenezer finaliza dizendo que o fato de que pessoas foram informadas à porta do MTE que o evento estava cancelado é muito pertinente e ressalta que a marcação de eventos é feita no gabinete com a secretaria do Superintende. A primeira data evento era em setembro, logo, o auditório foi agendado em agosto. Depois, o evento foi adiado e remarcado. Logo, remarcado duas vezes no mesmo lugar, que é por meio do gabinete do superintende. Logo, não há como ser dito que NÃO SE SOUBE. É importante levar em consideração a conjuntura política em que estamos e o tema do seminário que, hoje, tem um impacto político grande, e, sendo nossa responsabilidade como comissão debater o trabalho escravo em São Paulo, não devemos ser ingênuos em achar que isso foi puramente técnico e que não houve nada político envolvido, quando os cargos também são políticos. Logo, não devemos simplesmente escrever uma carta aborrecidos com o ocorrido, principalmente à luz de que, no MTE, disseram que o evento foi CANCELADO. Podemos despersonalizar mas não tirar o cunho político do documento. Claudia e Wellington dizem que não podem assinar uma nota política, principalmente quando não há provas oficiais e há uma personificação e fatos imputados. Débora expressa que a posição da ABVText também é que a discussão não deve ser encaminhada da maneira proposta por meio da carta de moção. Ebénezer diz que devemos conversar tudo isso por email. Claudia gostaria que os envolvidos do MTE relatassem o ocorrido, registrando assim a posição do MTE, onde cada um fale por si. Débora pergunta se não é possível que uma assessoria de comunicação elabore algo para a COMTRAE, ao que Camila diz que, para isso, devemos dar o insumo e o cunho do tema, logo, essa opção é um pouco inviável. Assim, conclui-se que essa

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

discussão deve ser encaminhada por email, preferencialmente antes da próxima reunião (onde o tema também pode voltar a ser tratado, caso pertinente).

IV. Eleições da COMTRAE

Vera questiona sobre as eleições. Camila replica que, para isso, é necessário atualizar os integrantes da COMTRAE. O que deve ser feito antes da próxima reunião, onde, idealmente, deveria ocorrer a eleição da nova presidência. Ebenezer aponta que isso estava condicionado à possibilidade de entrar em contato com as secretarias por ofício. Camila diz que isso já está encaminhado, mas não foi enviado ainda para as secretarias. Logo, talvez as eleições não ocorram em dezembro.

V. Informes gerais

Ebenezer foi, na terça-feira, 14/11/17, para Fortaleza, no lançamento do Decreto Estadual do Trabalho Escravo. O tema do trabalho escravo tem ganhado cada vez mais espaço nos estados e municípios – o Ceará, por exemplo, tem discussões sobre o tema desde 2012, e também apresenta uma grande questão envolvendo trabalho escravo/decente. Reitera que próxima reunião da COETRAE será na Bahia.